

Americanas: credores recusam aporte de R\$ 7 bi

Proposta feita por Jorge Paulo Lemann, Alberto Sicupira e Marcel Telles não agradou aos bancos, e nova reunião deve ser marcada depois do carnaval, já que empresa precisa ter plano de recuperação judicial até 20 de março

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Os credores financeiros da Americanas recusaram a proposta feita por Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, trio de acionistas de referência da varejista, de injetar até R\$ 7 bilhões na companhia por meio de um aumento de capital em dinheiro. O aporte em si poderia ser menor, já que inclui até R\$ 2 bilhões que seriam injetados por meio de um empréstimo a empresas em recuperação, chamado de DIP, que prevê conversão em ações.

Bancos ouvidos pelo GLOBO avaliam que a quantia é muito abaixo das expectativas e da real necessidade da varejista. Para eles, é necessário, ao menos, R\$ 15 bilhões em aporte. Por isso, segundo essas fontes, nova reunião será marcada depois do carnaval. O aporte de R\$ 7 bilhões foi comunicado publicamente pela companhia ao mercado em um comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o órgão regulador do mercado.

'FORA DE HIPÓTESE'

Um dos credores recusou a proposta e classificou o valor ofertado pelos acionistas como "fora de hipótese". A

proposta foi apresentada pela Rothschild, assessoria contratada para interagir com os credores, na manhã de ontem com representantes dos bancos. A crise na Americanas começou há pouco mais de um mês quando o então presidente Sergio Rial anunciou a descoberta de "inconsistências contábeis" de R\$ 20 bilhões nos balanços de 2022 e de anos anteriores.

Segundo fontes, a maior parte dos R\$ 7 bilhões oferecidos pela Americanas seria usada para recomprar parte da dívida da empresa. A proposta é recomprar até R\$ 12 bilhões em dívidas.

A Americanas propôs aos credores a conversão do restante da dívida financeira, no valor de R\$ 18 bilhões. Parte desse valor seria transformado em capital e parte em dívida subordinada (chamada de equity-like, quando o pagamento vai para o final da fila).

Segundo a Americanas, "não houve, até o momento, acordo com relação à proposta apresentada". A companhia disse que espera continuar mantendo discussões construtivas com seus credores em busca de uma solução sustentada que permita a continuidade de suas atividades.

Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, os bancos,



Condições dos credores. Bancos não aceitaram desconto ou conversão em ações se não houver aporte de R\$ 15 bilhões

que são os principais credores da companhia, informaram que sem um aporte de R\$ 15 bilhões não vão aceitar qualquer desconto em suas dívidas nem a troca por ações da empresa varejista. "Sem esse comprometimento por parte dos acionistas, não há conversa", destacou a fonte.

A apresentação de uma proposta que seja aceita pelos credores financeiros faz parte das negociações do processo de recuperação ju-

dicial. Além disso, a companhia precisa costurar acordos com os outros credores.

Pela lei, a companhia tem até o dia 20 de março para entregar à Justiça uma proposta do plano de recuperação judicial. Assim, após receber o aval da Justiça, é marcada uma assembleia de credores para aprovar o plano. Até lá, a Americanas vai definir a estratégia futura da empresa, que pode envolver a venda de ativos.

No último dia 10 de fevereiro, a Americanas infor-

mou à Justiça que, após as correções na lista de credores, a dívida total sujeita à recuperação judicial alcançou R\$ 42,482 bilhões com um total de 9.462 credores.

DÍVIDA TRABALHISTA

Além da negociação com os credores financeiros, a Americanas pediu à Justiça, através do Escritório de Advocacia Zveiter, para liberar R\$ 192,4 milhões para serem pagos à vista a quem

tem dívidas trabalhistas e microempresas ou empresas de pequeno porte. São mais de 1.300 credores. Medida semelhante já havia sido feita por empresas como a Oi em seu processo de recuperação judicial.

De acordo com a proposta, o pagamento deveria ser efetuado de forma imediata, a partir dos recursos obtidos e a serem obtidos com o financiamento DIP de até R\$ 2 bilhões.

STF SUSPENDE BUSCAS

Em outra frente da disputa entre a empresa e os bancos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, através de uma liminar, decisão que havia determinado a busca e apreensão de e-mails de diretores e gestores do Grupo Americanas nos últimos dez anos, além das mensagens trocadas entre seus advogados. O pedido foi feito pela Americanas após o Bradesco ter obtido decisão favorável da 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Arbitragem de São Paulo.

O ministro destacou a garantia do sigilo de comunicação entre advogado e cliente. A notícia foi publicada pela advogada Ana Tereza Basílio, responsável pela Americanas e Oi, em seu perfil no Instagram.

'Prévia' do PIB de 2022, do BC, tem alta de 2,9% e indica desaceleração

IBC-Br aponta recuperação dos serviços no ano passado no pós-pandemia

RENAN MONTEIRO
renan.monteiro@oglobo.com.br

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central (BC), considerado uma prévia do PIB, registrou alta de 2,9% no ano de 2022, conforme dados divulgados pela autoridade monetária nesta quinta-feira.

Em 2019, houve aumento

de 1,05%. Já em 2020 e 2021, respectivamente, houve queda de 4,2% e alta de 4,6%, no cenário influenciado pela pandemia de Covid-19.

Com o fim das restrições para atividades, o setor de serviços é um dos principais responsáveis pelos resultados do ano passado, com um impulso após a queda durante a pandemia. Nos últimos meses, porém, o índice geral

do BC registrou retração.

Em novembro foi registrada baixa de 0,55% (revisada para -0,77%), a quarta consecutiva na escala mensal. O crédito caro é um dos fatores para o crescimento "moderado" no ano, segundo especialistas. O impacto é visto em setores como a indústria.

— Com juros altos a indústria acaba perdendo a força,

inclusive no número de contratações. Sofre também com a alta do dólar, muitos produtos são importados. Deve haver um favorecimento com a reforma tributária, mas os efeitos não são imediatos — diz Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos.

Para o cálculo do IBC-Br são considerados setores como indústria, agropecuária e serviços. Diferentemente do PIB, mensurado pelo IBGE, o índice do Banco Central não considera a demanda de consumidores.

Levantamento da Genial Investimentos, com base nos dados do BC, aponta pa-

ra uma queda de 0,7% na indústria, após alta de 3,9% em 2021. O varejo, especificamente, apresentou avanço de 1,0% no ano, a menor alta registrada desde 2017, incluindo o período da pandemia em 2020. Já o serviço avançou 8,3% no ano. Em 2023, essa tendência deve continuar:

1,0%

É o avanço no varejo estimado em levantamento da Genial Investimentos, com base nos dados do IBC-Br divulgado ontem pelo Banco Central

"A desaceleração econômica já está em curso. Nossas expectativas para indústria e varejo são pessimistas, à medida que o cenário macroeconômico adverso está cada vez mais desafiador para esses setores. O encarecimento do crédito e o aumento da inadimplência, consequências do ciclo de aperto monetário, além do processo de desaceleração global, são fatores de incerteza", aponta o relatório da corretora.

O resultado oficial do PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, será divulgado somente em 2 de março.

Governo quer o fim da 'gourmetização' de rótulo

Ministério da Agricultura proíbe expressões como 'royale' e 'premium' nas embalagens de alimentos

CAPITAL

MARIANA BARBOSA
mariana.barbosa@oglobo.com.br

Uma circular do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) abriu guerra à "gourmetização" de produtos e está causando alvoroço na indústria nacional de alimentos, em especial de produtos de origem animal.

O ofício circular nº 2/2023, de 18 de janeiro, quer acabar com o uso indiscriminado de expressões como "gourmet", "royale", "special", "premium", "ouro", "reserva" e afins nas embalagens dos produtos.

Agora, as empresas que fazem uso dessas expressões

nos rótulos — que costumam ser acompanhados de preços igualmente especiais — justifiquem os critérios ou diferenciais do produto no próprio rótulo.

ADAPTAÇÃO EM 3 MESES

No documento, o ministério deu 120 dias (três meses) para as empresas adaptarem os rótulos, sob pena de que os produtos sejam retirados das gôndolas de estabelecimentos comerciais no país.

Há anos o Ministério da Agricultura tenta regulamentar o uso desses termos, e os casos costumam parar na Justiça. Recentemente, a gigante de alimentos BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, obteve uma vitória,

em primeira instância, contra o ministério em um processo desse tipo.

Em geral, as empresas usam em sua defesa o argumento de que as marcas com esses apostos diferenciados estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), portanto os nomes já foram submetidos a escrutínio técnico e autorizados a circular no mercado brasileiro.

Para o especialista em direito econômico Luciano Timm, a Lei de Marcas e Patentes, na qual se baseia o INPI, já veda o registro de nomes de produtos que possam induzir o consumidor à "falsa indicação de origem, procedência, natureza ou qualidade ou utilidade do produto ou serviço a que a marca se destina", o que torna, no seu entendimento, a atuação do Mapa "ilegal".

Este texto foi originalmente publicado na coluna de negócios Capital, no site do GLOBO: blogs.oglobo.globo.com/capital

Chinesa Shein planeja produzir roupas no Brasil

Varejista on-line de moda que mais vende no país deve fabricar peças por meio de terceirização

CAPITAL

SÃO PAULO

A Shein, gigante chinesa de fast fashion que lidera as vendas on-line de moda no Brasil, está perto de iniciar a produção em fábricas terceirizadas no país. Segundo fontes do setor, a empresa já sinalizou à ABVTEX (Associação Brasileira de Varejo Têxtil) a intenção de se associar à entidade.

A ABVTEX reúne grandes varejistas do país e foi criada para estabelecer padrões éticos e responsáveis de produção para toda a cadeia, do fornecimento responsável à promoção do trabalho digno. A intenção de se associar à

ABVTEX é vista no setor como um indicativo de que a empresa está pronta para iniciar a produção no país.

Segundo fontes ouvidas pela coluna, dentre os artigos que devem ser produzidos localmente pela Shein estão sapatos. A empresa está em conversas com parceiros do setor em Franca e Birigui, no interior de São Paulo.

CONCORRÊNCIA IMPLACÁVEL

Em pouco mais de três anos, a Shein alcançou a liderança do e-commerce de moda no país com peças importadas e responsáveis de produção que seguem as últimas tendências ditadas pelos influenciadores das redes sociais. O movimento tem in-

comodado grandes varejistas como C&A, Renner e Riachuelo, que não conseguem fazer frente aos preços com a estrutura de custos brasileira.

Segundo cálculos da gestora Aster Capital, a Shein faturou R\$ 7,1 bilhões no ano passado, pouco menos que o triplo das vendas digitais de Renner (R\$ 1,5 bi), Riachuelo (R\$ 600 milhões) e C&A (R\$ 500 milhões) juntas.

Em dezembro de 2021, quando as vendas da Shein no país somavam algo como R\$ 2 bilhões, o fundador da empresa, Chris Xu, esteve no Brasil visitando fornecedores locais, conforme noticiou na época o site Neo Feed. A empresa deve fabricar localmente apenas uma pequena parcela do seu portfólio.

Procurados, ABVTEX e Shein não responderam. (Mariana Barbosa)

Este texto foi originalmente publicado na coluna de negócios Capital, no site do GLOBO: blogs.oglobo.globo.com/capital